

STIG Taubaté é crítica e explica as mudanças no PIS, Auxílio-Doença, Seguro Desemprego e Pensão por Morte

, 06 Fevereiro 2015 - 07:53:00

Jornal

Fevereiro 2015 | 65

PIS, Auxílio-Doença, Seguro Desemprego e Pensão por Morte

■ Trabalhador, mais uma vez penalizado

Além de todas as dificuldades que os trabalhadores e trabalhadoras enfrentam sistematicamente, o governo recentemente, em dezembro de 2014, através da Medida Provisória 665 de 30 de Dezembro de 2014, alterou as regras da concessão do Seguro-Desemprego e PIS. Também houve mudanças no INSS, como Auxílio-Doença e Pensão.

PIS
Anteriormente era pago ao trabalhador que recebeu até dois salários mínimos e que tenha trabalhado pelo menos 30 dias no ano-base.

Agora a condição muda de um mês para 06 meses, independentemente de ter ou não trabalhado no ano-base.

Além disso, passou a ser pago proporcionalmente ao tempo trabalhado no ano-base (da mesma forma como o 13º salário).

Auxílio-Doença
Alterações no concessão do auxílio-doença, que não se aplicam aos atuais beneficiários. O Plano de Afastamento determinou o aumento do prazo de afastamento pago pelo empregador antes do início do pagamento do auxílio-doença pelo INSS, de 15 para 30 dias para segurados empregados. Também será fixado um teto no valor do auxílio-doença, equivalente à média das últimas 12 contribuições.

Seguro Desemprego
O governo vai elevar o período de carência de



seis meses para 18 meses para a primeira solicitação do seguro, para 12 meses na segunda solicitação e manter em seis meses para a terceira solicitação.

Pensão por Morte
No caso de pensão por morte, a partir das novas regras, fica definido que será preciso comprovar o pagamento de 24 meses de contribuição previdenciária para ter acesso. Exceção para casos de morte por acidente de trabalho. Será preciso ter dois anos de casamento ou união estável. O valor a ser recebido será de 50% do salário-benefício para o cônjuge, seguido de acréscimos de 10% por dependente até poder compor 100% do total do vencimento. O benefício mínimo segue sendo de um salário mínimo proporcional.

As regras mudaram, ainda está muito difícil entender como vai ser implementado, como toda mudança, e sempre com muitas dúvidas, que esperamos logo sejam esclarecidas pelo governo.

FGTS não recolhido só pode ser cobrado na Justiça até 5 anos depois, diz STF

Antes, o trabalhador precisava requerer o benefício antes de 30 dias após o depósito. Agora, o trabalhador só poderá pedir os últimos 5 anos.

Decisão veio para ações referentes a depósitos feitos a partir de novembro de 2014.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que o trabalhador poderá requerer na Justiça até cinco anos depois do depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que não tenham sido depositados pelo empregador.

A nova regra valerá somente para ações referentes aos depósitos efetuados a partir de novembro de 2014 em contas do FGTS. Para ações que já estão em andamento, permanece o prazo de 30 dias.

O trabalhador precisa ficar atento no seguinte: Fica mantida a regra que determina que, a partir da demissão, o trabalhador tem somente dois anos para ingressar com a ação na Justiça. Em qualquer caso, o tempo que ele demorar para ajuizar uma ação será descontado do tempo do benefício requerido. Assim, se demorar um ano para apresentar a ação, perderá um ano do benefício a que tem direito.

Trabalhador não se prejudica, a CAIXA disponibiliza vários meios de receber seu Saldo do FGTS, por Mensagem via Celular e uma delas, pelo site da CAIXA e Cartão Cidadão, não ficou separando o "estado chegar", os sites do FGTS não mudaram e o empregador não precisa alterar seu FGTS.

Fone CAIXA 0800-726-0207



CAMPEONATO DE FUTEBOL
As inscrições abertas para o Campeonato de Futebol que o Sindicato está organizando. Prepare sua equipe ou se inscreva individualmente para esta competição.
As inscrições devem ser feitas diretamente no Sindicato de pelo e-mail: sandiaudiano@stiga.org.br



Orgão de Divulgação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Taubaté.
Endereço: Rua São Francisco, 315 - 2º andar - Centro 300
CEP: 13010-358 - Taubaté - SP
Fones: (12) 3632-8037 | Cel: (12) 96149-7261 - 96719-6773
E-mail: sandiaudiano@stiga.org.br
Diagramação: Victor Pereira Góes - (12) 90248-6866

Responsabilidade:
Diretor: Marcelo Costa de Araújo, Vitor Sérgio Moreira, Renato Carlos Pereira, Sandro Ramos Pires de Carvalho, Valdir Reis Pereira, Carlos Jacinto de Moura, Rodrigo Fernandes Domingos, Denilson Francisco dos Santos Moreira, Carlos Roberto Oliveira Silva, José Carlos de Oliveira, Paulo Roberto Pinheiro, José Maria Siqueira da Silva, William Marcos Lopes da Cunha, Jorge Augusto da Silva, José da Silva, Maurício de Souza e Roberto da Silva

mudanças do governo federal no PIS, Auxílio-Doença, Seguro Desemprego e Pensão por Morte. [CONFIRA AQUI!](#)

FONTE: [STIG TAUBAT É](#)